

**TERMO DE FOMENTO Nº 20/2026****QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E O CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PATOS DE MINAS**

O **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas - MG, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sandra Cristina Gomes da Silva, brasileira, portadora do CPF nº *****.799.***-****, Carteira de Identidade nº **MG-*.198.***** SSP – DF, residente e domiciliado nesta cidade e o **CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PATOS DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob nº. 04.371.553/0001-01, com sede a Rua Dores do Indaiá, nº 17, 1º andar – Bairro Centro, Patos de Minas, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo presidente, Ricardo Souto Carneiro, nacionalidade brasileira, portador do C.P.F nº *****.051.***-**** e Carteira de Identidade nº **MG-**.811.***** PC/MG, residente e domiciliado nesta cidade, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.928 de 14/07/2025, Lei Orçamentária Anual nº 9.077 de 22/12/2025, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 9.078 de 22/12/2025, Decreto Municipal nº 5.889 de 21/01/2025 que reestrutura as regras e os procedimentos para celebração de parcerias entre a Administração Direta e Indireta do Município de Patos de Minas e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e dá outras providências, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; consoante ao processo digital nº **5731-26-PAT-GOV** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuição) visando a aquisição de materiais para os alunos do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:



- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária



ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$15.000,00 (Quinze mil reais)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$15.000,00 (Quinze mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 01.02.03.00.06.182.0003.2.0389, UG 01.02.03.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, Gestão: ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO, conforme discriminação abaixo:

Função: 06, Subfunção: 182, Programa: 0003, Despesa: 3.3.50.41.0000 – Contribuições, Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares (4.602).

O valor acima será repassado em parcela única

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 102151-6, Agência nº 0190-2, – Banco do Brasil**, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.



CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, discriminando as despesas conforme estabelecido na Cláusula Primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da OSC para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III- realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até **31/05/2027**, conforme prazo previsto no anexo Plano de trabalho para a consecução de seu objeto. **Fica estabelecido que, a partir da assinatura deste Termo de Fomento, o prazo de execução informado no Plano de Trabalho é anulado e substituído pelo prazo de vigência aqui informado.**

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última



dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.3 – 7.3 O servidor André Henrique Martins - matrícula nº 36.512, foi oficialmente designado como gestor da parceria, conforme estabelecido na Portaria 4.730 de 15 de junho de 2023.

7.4 A Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria foi nomeada por meio da Portaria 4.889 de 25 de setembro de 2024.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;



- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.



8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja



mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES



11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Todos os produtos, materiais, identidades visuais, processos, metodologias, elementos cenográficos, composições, registros, acervos técnicos, bens imateriais e demais criações intelectuais utilizados, desenvolvidos, aprimorados ou incorporados no âmbito da presente parceria serão considerados de relevância pública e afetas à política municipal de promoção cultural, razão pela qual a OSC parceira cede ao Município, de forma irrevogável e irretratável, os direitos patrimoniais de uso, reprodução, adaptação, veiculação e atualização desses bens, a título gratuito, para fins institucionais, educativos, turísticos e culturais, pelo prazo indeterminado.

11.5 - A cessão prevista nesta cláusula abrange quaisquer signos distintivos, denominações, logotipos, marcas, elementos visuais ou comunicacionais empregados na execução do projeto, independentemente da data de criação, registro, titularidade ou forma de apresentação, presumindo-se autorização plena da entidade para utilização pelo Município, sempre que vinculada ao interesse público e às finalidades do projeto.

11.6 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.7 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.



III - poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos neste instrumento e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

16.2 - Estando plenamente de acordo, os envolvidos comprometem-se de forma integral e irrevogável a cumprir estritamente os termos deste instrumento. O presente documento foi lido e considerado conforme, sendo assinado pelos participantes para que possa surtir seus efeitos jurídicos e legais, tanto em Juízo quanto fora dele.

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

Sandra Cristina Gomes da Silva
Prefeita Municipal

CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PATOS DE MINAS

Ricardo Souto Carneiro
Presidente

20-2026 CONSELHO DE SEGURANCA PUBLICA DE PATOS DE MINAS - PROERD pdf

Código do documento 62d252cf-d562-4ee8-9d5e-a43ba5f5e8fb



Assinaturas



Sandra Cristina Gomes da Silva
gabinete@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como parte

Sandra Cristina Gomes da Silva



Ricardo Souto Carneiro
ricardoadvcarneiro@gmail.com
Assinou como parte



Cídia Costa Vargas
controladoria@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou

Cídia Costa Vargas



Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi
fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou

Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi



Alanna Marta Oliveira Reis
alanna@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como testemunha



Pollyana Geralda Silva Sousa
pollyana@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como testemunha

Pollyana Geralda Silva Sousa

Eventos do documento

22 Apr 2026, 15:37:26

Documento 62d252cf-d562-4ee8-9d5e-a43ba5f5e8fb **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-04-22T15:37:26-03:00

22 Apr 2026, 15:42:29

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-04-22T15:42:29-03:00

22 Apr 2026, 15:55:23

ALANNA MARTA OLIVEIRA REIS **Assinou como testemunha** (91561e2b-a6a1-4868-9b9d-f81250075f7a) - Email:alanna@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 11030) - Documento de identificação informado: 059.408.386-93 - DATE_ATOM: 2026-04-22T15:55:23-03:00

22 Apr 2026, 16:44:29

RICARDO SOUTO CARNEIRO **Assinou como parte** - Email: ricardoadvcarneiro@gmail.com - IP: 189.15.123.78 (189-015-123-78.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 55600) - Documento de identificação informado: 057.051.996-94 - DATE_ATOM: 2026-04-22T16:44:29-03:00

22 Apr 2026, 17:17:16

SANDRA CRISTINA GOMES DA SILVA **Assinou como parte** (5b1bc134-a694-45f1-a132-b1a404824524) - Email: gabinete@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 33616) - Documento de identificação informado: 719.799.641-49 - DATE_ATOM: 2026-04-22T17:17:16-03:00

23 Apr 2026, 14:53:50

POLLYANA GERALDA SILVA SOUSA **Assinou como testemunha** (0395c3c9-d5ce-4ed7-b415-dd7e44867b56) - Email: pollyana@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 177.191.93.33 (177-191-093-33.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 50198) - **Geolocalização: -18.5980332 -46.5170218** - Documento de identificação informado: 077.314.726-80 - DATE_ATOM: 2026-04-23T14:53:50-03:00

24 Apr 2026, 12:46:21

FABIANA DE SANT ANNA MIRANDA EGUCHI **Aprovou** (26ba4f65-7f78-4c97-8ac3-fac1efa13dd2) - Email: fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 55206) - Documento de identificação informado: 045.083.766-14 - DATE_ATOM: 2026-04-24T12:46:21-03:00

27 Apr 2026, 17:52:33

CÍDIA COSTA VARGAS **Aprovou** - Email: controladoria@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 22908) - Documento de identificação informado: 034.296.356-24 - DATE_ATOM: 2026-04-27T17:52:33-03:00

Hash do documento original

(SHA256):cc7f8a17f440ad6001844ff76b0aa24850714367f0ad3fc7b4e809f5f039b11b

(SHA512):5be909ac7928671fe2ff9da9c517c0eb5216f99e5c1ec9712ce02a2498af60167d22bf3dc5a7a940dde4e58cc26e1229a42f574124c6e37faac366e8f955f47e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Razão Social Conselho de Segurança Pública de Patos de Minas - MG (CONSEP)		CNPJ 04.371.553/0001-01	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dolores do Indaiá Nº 17, 1º andar,			
Bairro Centro		CEP 38700-140	
E-mail da Instituição consepatos@gmail.com		Site da instituição http://www.facebook.com/conseppatos/	
Telefone 1 (34) 3822-9762	Telefone 2 (34) 3821-4116	Telefone 3 ()	
Número da conta corrente: 102151-6	Agência: 0190-2	Banco: Banco do Brasil S/A	Operação:

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC

Nome Ricardo Souto Carneiro		CPF: 057.051.996-94	
Nº RG MG11.811.536	Órgão Expedidor PC/MG	Cargo Presidente	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Anicésio Vieira nº208 apt 402			
Bairro Rosario	Cidade Patos de Minas – MG CEP 38701-010	Período de Mandato 2024-2026	
Telefone 1 (34) 99977-0918	Telefone 2	Telefone 1	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Identificação do Projeto/Atividade Aquisição de materiais para os alunos do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).	
Período de Execução 12 meses após a assinatura do termo.	Nº de Beneficiários que serão atendidos 2.000 alunos
Abrangência Rede Ensino do Município de Patos de Minas	Valor recurso do Município(R\$) R\$15.000,00 Valor Contrapartida da OSC(R\$) R\$0 Valor total(R\$) R\$15.000,00
Justificativa Provimento de condições para oferta do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).	
Descrição do Projeto/Atividade <p>O abuso de drogas constitui-se em ameaça à sociedade porque representa, para o usuário, um comprometimento do futuro e da qualidade de suas relações sociais, com maior propensão ao envolvimento em crimes, violência e ingresso num ciclo de decadência de valores. O público mais vulnerável à dependência é composto por crianças e adolescentes, pelo fato de se encontrarem menos preparados para resistirem aos muitos apelos e incentivos ao uso de drogas, presentes nos meios de comunicação em massa e na ideologia da sociedade contemporânea.</p>	

A principal estratégia contra esses males é a prevenção.

E o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) é um programa de prevenção primária contra as drogas e violência, num esforço cooperativo da Polícia Militar, Escola e Família.

Por meio de atividades educacionais em sala de aula, o Policial Militar instrutor do PROERD fornece as crianças e adolescentes estratégias para resistir às drogas e ao apelo da violência, e também promove a inclusão da família no processo educacional e de prevenção.

Objetivo é orientar e capacitar os alunos da rede de ensino nas questões referentes ao enfrentamento primário ao uso de drogas e da prática de violência por meio da metodologia do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).

E os resultados é prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e o envolvimento em atos de violência por criança e adolescentes, bem como ajudá-los a reconhecer as pressões e a influência diária para o uso de drogas e a prática da violência, promovendo a resiliência e o crescimento pessoal dos envolvidos no processo, gerando assim, ações positivas e decisivas,

Ao final da aplicação do programa, ocorre uma formatura de certificação aos alunos, concluintes do curso, ocasião em que prestam um juramento perante instrutores do Proerd, professores e familiares, comprometendo-se a manterem-se longe das drogas e da violência.

4. CAPACIDADE TÉCNICA / QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Conforme Termo de fomentos: 49/2018, 68/2022, 15/2024 e 61/2025

5. SÍNTESE DA PROPOSTA

5.1. Identificação do Objeto (Geral e Específico)

OBJETO: Aquisição de material para os alunos do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).

OBJETIVO GERAL:

Realizar ações de combate ao consumo indevido de álcool e drogas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Desenvolver nas crianças e adolescentes habilidades que lhes permitam evitar influências negativas em questões afetas às drogas e violência, promovendo os fatores de proteção.

- Estabelecer relações positivas entre alunos e policiais militares, professores, pais, responsáveis legais e outros líderes da comunidade escolar.
- Permitir as crianças e adolescentes enxergarem os policiais militares como servidores, transcendendo a atividade de policiamento tradicional e estabelecendo um relacionamento fundamentado na confiança e humanização.
- Estabelecer uma linha de comunicação entre a Polícia Militar e as crianças e adolescentes .
- Abrir um diálogo permanente entre a "Escola, a Polícia Militar e a Família", para discutir questões correlatas à formação cidadã de crianças e adolescentes.

5.2. Resultados esperados

Prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e o envolvimento em atos de violência por criança e adolescentes, bem como ajudá-los a reconhecer as pressões e a influência diária para o uso de drogas e a prática da violência, promovendo a resiliência e o crescimento pessoal dos envolvidos no processo, gerando assim, ações positivas e decisivas.

5.3. Metas

Aquisição de materiais para aulas e formatura dos alunos do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).

5.4. Público beneficiário

Crianças e adolescentes da rede de ensino do município.

5.5. Forma de execução das atividades

Aquisição de materiais para as aulas e formatura dos alunos do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) – R\$15.000,00, sendo material de papelaria, painel sublimado, cartuchos para impressora e kits mochila e pelúcias para os alunos destaque.

CRITÉRIOS DE ESCOLHA DE TURMAS ATENDIDAS PELO PROERD:

O Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd, ação institucional da PMMG nos ambientes escolares possui 27 (vinte e sete) anos de história no Estado de Minas Gerais, celebrando a marca de mais de 4.900.000 (quatro milhões e novecentos mil) crianças, adolescentes e adultos atendidos pelos currículos PROERD/D.A.R.E. em nosso Estado. Patos de Minas destaca-se pelo atendimento/certificação de mais de 2.000 (dois mil) alunos anuais, dispostos em uma média de 70 (setenta) turmas de 20 (vinte) educandários alcançados.

Nesse sentido, informo que no presente semestre de 2026 participarão do Proerd aproximadamente 704 (setecentos e quatro) crianças dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º); 177 (cento e setenta e sete) adolescentes dos anos finais do ensino fundamental (7º ano) e 75 (setenta e cinco) adolescentes (do ensino médio), totalizando 956 (novecentos e cinquenta e seis) alunos; 36 (trinta e seis) turmas atendidas em 09 (nove) educandários Estaduais e Municipais de Patos de Minas. O PROERD é um programa que envolve a Polícia Militar, a Escola e a Família, refletindo assim na prevenção do público atendido, tornando-os mais resistentes ao perigo real das drogas, ensinando os estudantes a escolherem uma vida segura e saudável.

Dentre as diversas escolas do município de Patos de Minas, serão atendidos os seguintes educandários e currículos:

- Escola Estadual Cônego Getúlio (5º ano do ensino fundamental);
- Escola Estadual Dona Guiomar de Melo (7º ano do ensino fundamental);
- Escola Estadual Doutor Paulo Borges (5º ano do ensino fundamental);
- Escola Estadual Ilídio Caixeta de Melo (5º e 7º ano do ensino fundamental);
- Escola Estadual Monsenhor Fleury (5º ano do ensino fundamental);
- Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais, unidade Patos de Minas (anos iniciais do ensino fundamental e ensino médio);
- Escola Municipal Frei Leopoldo (5º ano do ensino fundamental);
- Escola Municipal Prefeito Jacques Corrêa da Costa (5º ano do ensino fundamental)
- Escola Municipal Professor Aristides Memória (5º ano do ensino fundamental).

Tendo em vista que o atendimento do Proerd é regulado por Resolução Estadual interna da PMMG (Diretriz Para a Produção de Serviços de Segurança Pública Nº 3.01.04/2010 – CG; memorandos expedidos anualmente e notas técnicas); existindo no município alta demanda de turmas a serem atendidas nos currículos existentes (Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental; 5º e 7º anos do ensino fundamental; ensino médio e currículo de Pais e Responsáveis); encontrando-se na execução da atividade preventiva 03 (três) militares por semestre, faz-se necessário por parte da unidade militar padronizar a realização diagnóstica de segurança das escolas, que consiste em entrevista com todos os gestores dos educandários interessados da rede pública e privada, a fim de melhor selecionar os educandários a serem atendidos, isto levando em consideração as orientações técnicas que regulamentam o atendimento obrigatório de determinados currículos (5º e 7º ano do ensino fundamental) e a priorização no atendimento de educandários públicos, sendo padronizado também pelo comando do 15º BPM o atendimento preferencial de educandários situados em áreas de maior vulnerabilidade social.

Tais esforços empregados na seleção e celebração de parcerias com educandários interessados garantem um melhor direcionamento das ações institucionais de prevenção (Patrulha Escolar, Proerd e Palestras) em locais que mais necessitam de atenção, seja uma comunidade urbana ou rural, assegurando parcerias vindouras gerando frutos exitosos para toda a sociedade.

Logo, enfatizamos que o PROERD atende toda a rede escolar, porém, a rede pública torna-se prioridade, principalmente se localizadas em áreas carentes, sendo mantida a primazia no atendimento desses locais, o que aumenta ainda mais a responsabilidade em fazer do trabalho preventivo um elo importante na valorização da tríade família, escola e polícia militar.

Na oportunidade salientamos o valioso apoio do município para o alcance dos educandários e áreas carentes, fornecimento de locomoção até o local da Formatura/certificação realizada ao fim do atendimento dos currículos. Todos os gestores dos educandários atendidos por semestre realizaram assinatura dos Termos de Adesões das respectivas escolas e repassaram informações atinentes a presente aplicação. Quanto a formatura para o currículo de 5º ano é obrigatória a confecção de redação pelos discentes, sendo as melhores produções (destaque) premiadas com certificado, mascotes (Leão Daren) ou kit mochila e medalha.

Demais informações poderão ser repassadas na seção de Planejamento do 15º BPM, situada à Avenida Coronel Wesley Rodrigues Rosa, 450, Jardim Céu Azul. Patos de Minas. 38706-178, Fone: (34) 3823-0913

5.6. Indicadores, formas de aferição dos cumprimentos das metas

Fotografias, notas fiscais e prestação de contas.

5.7. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal

6. PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (RS)
Pessoal e Encargos Sociais	
Material de Consumo	15.000,00
Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica	
Aluguel/Locação	
Materiais Permanentes e Obras	
TOTAL	15.000,00

6.1 Detalhamento das despesas

6.1.1 Pessoal e Encargos Sociais					
Item	Especificação/Nome	Cargo	Qtde/mês	Valor mensal	Valor Total da despesa
	Subtotal				

6.1.2 Material de Consumo						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /produto	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Refil Pilot WBS – preta	12un	12un	6,49	77,88	77,88
02	Refil Pilot WBS – vermelho	12un	12un	6,49	77,88	77,88
03	Refil Pilot WBS – azul	12un	12un	6,49	77,88	77,88
04	Papel sulfite A4 c/500	8un	8un	27,43	219,44	219,44
05	Leão mascote Proerd tam. P 22cm altura com camiseta estampada o logotipo PROERD frontal, confeccionao em material 100% poliéster. (PROERD)	63un	63un	32,00	2.016,00	2.016,00
06	Kit mochila personalizada PROERD + Porta lápis com logotipo bordado	72un	72un	68,90	4.960,80	4.960,80
07	Refil tinta Epson 544 kit com 4 cores original	03kits	03kits	215,04	645,12	645,12
08	Painel sublimado comilhós de 25 em 25 cm na parte superior em tecido oxford	01un	01un	6.925,00	6.925,00	6.925,00
	Subtotal					15.000,00

Obs.: Deverá ser bem especificado (Se é em caixas e quantas unidades)

6.1.3 Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica						
Item	Especificação	Qtde	Qtde /profissional	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01						
	Subtotal					

6.1.4 Aluguel/Locação					
Item	Especificação	Qtde/mês ou evento	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
	Subtotal				

6.1.5 Equipamentos/materiais permanentes e obras						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /material	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
	Subtotal					

TOTAL GERAL	R\$ 15.000,00
--------------------	----------------------

7. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO (R\$)

REPASSES					

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL/TOTAL

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada na periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, quando houver.


A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada de acordo com as parcelas liberadas e a Prestação de Contas.

9. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro, para fins de prova junto ao **Município de Patos de Minas – MG**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com órgão ou entidade da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Município de Patos de Minas - MG, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

Em 19 de fevereiro de 2026 .

Documento assinado digitalmente
 **ESIO NOGUEIRA DE MENEZES**
 Data: 20/02/2026 11:24:01-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Representante Legal (Presidente)

Assinatura do Tesoureiro da OSC

10. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, APROVAMOS e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo.

Patos de Minas (MG), de de .

Assinatura Administrador Publico - Secretário Ordenador da Despesa

plano de trabalho consep proerd 1 assinado1771603966917 pdf

Código do documento 7dfce1d5-31f2-401e-b324-1596a432e3cf



Assinaturas



Emerson Rocha de Azevedo
emerson.azevedo@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Emerson Rocha de Azevedo

Eventos do documento

18 Mar 2026, 13:38:21

Documento 7dfce1d5-31f2-401e-b324-1596a432e3cf **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-18T13:38:21-03:00

18 Mar 2026, 13:38:58

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-18T13:38:58-03:00

19 Mar 2026, 17:54:04

EMERSON ROCHA DE AZEVEDO **Assinou** (861cbb5f-06a3-40d2-87d4-ad85e6d7a505) - Email:emerson.azevedo@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.73 (138-0-64-73-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 47980) - Documento de identificação informado: 957.997.106-49 - DATE_ATOM: 2026-03-19T17:54:04-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a7d38a34daa7ba56b517e72b908acc66a5bb76b9757cc42d3344d72a5be8bfae
(SHA512):55cceb537baeec8cdc28ab126360e219480f77b509e82b4d39ba587d9fee6fd302cdf60f1b6d064b2d5e8d3222ec016e4d44cb42396f5c1f255f5283ef898fc0

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

	EM Prefeito Jacques Correa da Costa (B. Lagoinha) Turno: Manhã (1 vaga) Período: 1(um) ano	
	EM Jose Paulo de Amorim (Pindaibas) Turno: Manhã/Tarde (1 vaga) Período: 1(um) ano	
	Estas vagas serão destinadas para ampla concorrência.	
Inspetor Escolar	12h35min	Classificados até o 11º lugar
	Turno: Manhã/Tarde (1 vaga) Período: 1(um) ano	
	Esta vaga será destinada para ampla concorrência.	

Patos de Minas, 29 de abril de 2026.

Carlos André Rodrigues
Secretário Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Governo

Expediente

Justificativa nº 106/2026, processo nº 5785-26-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se inexigível o chamamento público, para celebração da parceria com o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santana de Patos, visando o transporte escolar de Alunos de Curso Superior e Técnico do distrito de Santana de Patos e localidades vizinhas. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 30 de abril de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal.

Termo de Fomento nº 20/2026, Organização da Sociedade Civil: Conselho De Segurança Pública De Patos De Minas, Objeto: visando a aquisição de materiais para os alunos do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência). Valor: R\$15.000,00 (quinze mil reais). Assinatura: 27/04/2026, Vigência: 31/05/2027. Patos de Minas, 30 de abril de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal.

Retifica-se a publicação realizada no Diário Oficial de Patos de Minas no dia 06/04/2026, nas Justificativas: Justificativa nº 93/2026, processo 5596-26-PAT-GOV, Justificativa nº 94/2026, processo 5595-26- PAT-GOV, Justificativa nº 95/2026, processo 5471-26-PAT-GOV, Justificativa nº 96/2026, processo 5832-26-PAT-GOV, Justificativa nº 97/2026, processo 5850-26-PAT-GOV, Justificativa nº 98/2026, processo 5590-26-PAT-GOV, Justificativa nº 99/2026, processo 5323-26-PAT-GOV, onde se lê: "Patos de Minas, 06 de abril de 2026. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal." leia-se: "Patos de Minas, 06 de abril de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal."

Termo de Fomento nº 23/2026, Organização da Sociedade Civil: Associação Vem-Ser de Proteção e Assistência à Criança e ao Adolescente de Patos de Minas, Objeto: visando manutenção da OSC e promover ações de prevenção para crianças e adolescentes com idade de 06 a 17 anos. Valor: R\$ 74.700,00 (setenta e quatro mil e setecentos reais). Assinatura: 28/04/2026. Vigência: 31/01/2027. Patos de Minas, 30 de abril de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal.

Termo de Fomento nº 19/2026, Organização da Sociedade Civil: Conselho de Segurança Pública de Patos de Minas, Objeto: visando a integração e a aproximação do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais com a população através da Corrida do Bombeiro e compra de materiais permanentes para execução do trabalho operacional. Valor: R\$ 56.966,50 (cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos). Assinatura: 24/04/2026. Vigência: 30/09/2026. Patos de Minas, 30 de abril de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal.

Convênio 03/2026, Organização da Sociedade Civil: Caixa Escolar Professor Antônio Dias Maciel. Objeto: efetivar o repasse de subvenção à CONVENIADA, para viabilizar

a participação dos alunos da E. E. Professor Antônio Dias Maciel nos jogos escolares. Valor R\$ 11.940,00 (onze mil, novecentos e quarenta reais). Assinatura: 29/04/2026. Vigência: 31/12/2026. Patos de Minas, 30 de abril de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal.

Secretaria Municipal de Saúde

Expediente

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2026- PROCESSO Nº 108/2026-PROCESSO DIGITAL - SEI Nº 26.1.000011721-4-Ratifico e reconheço no presente caso a Dispensa de Licitação para Aquisição de lavatório de mãos portátil, confeccionado com material resistente e de fácil higienização, empresa ERICA MARIA GERALDO FURLAN, perfazendo o valor total de R\$ 1.830,00 (um mil e oitocentos e trinta reais), com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/21. O processo na íntegra e as obrigações do contratante e da contratada encontram-se no endereço eletrônico <http://www.transparencia.patosdeminas.mg.gov.br/paginas/publico/lei12527/licitacoes/consultarLicitacao.xhtml?tipo=int> e no PNCP. Patos de Minas, 29 de abril de 2026. Ana Carolina Magalhães Caixeta. Secretária Municipal de Saúde.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2026. PROCESSO Nº 109/2026. PROCESSO SEI Nº 26.1.00009385-4. Considerando as informações constantes no presente processo e parecer favorável da Advocacia Geral do Município (AGM) e a análise da Controladoria Geral do Município, ratifico o parecer jurídico bem como o parecer da controladoria e reconhecimento, no presente caso, a dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para locação de máquina da tosse (insuflador/exsuflador mecânico) em cumprimento a liminar deferida pelo Juiz nº 1003065-90.2025.8.13.0480 em favor do paciente Douglas Ezequiel de Oliveira, empresa PULMONAR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS BIOMEDICOS LTDA, sob o regime de Dispensa de Licitação nº 042/2026, com base no artigo 75, inciso VIII da Lei 14133/2021. Valor estimado total de R\$ 15.960,00 (Quinze mil, novecentos e sessenta reais). Patos de Minas, 29 de abril de 2026. Ana Carolina Magalhães Caixeta - Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO:

PRORROGAÇÃO DE VIGENCIA DAS ATAS BATUTA DISTRIBUIDORA LTDA. (Pregão Eletrônico nº 42/2025). Objeto: Prorrogação de vigência até 06/05/2027. Data de assinatura: 29/04/2026. ARP 90/2025 Detentora da Ata: NK MATERIAIS HOSPITALARES LTDA. (Pregão Eletrônico nº 42/2025). Objeto: Prorrogação de vigência até 06/05/2027. Data de assinatura: 29/04/2026. Patos de Minas, 29 de abril de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva - Prefeita Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)// ARP: 91/2026, detentora da Ata: EBD BIOTECH IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de testes rápidos para detecção do antígeno ns1 para o vírus da dengue, para antígeno da covid-19 e teste para determinação qualitativa de HCG para os diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde de Patos de Minas. Valor: R\$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais). Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura da ata. Data de Assinatura: 27/04/2026. ARP: 92/2026, detentora da Ata: MEGA MED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de testes rápidos para detecção do antígeno ns1 para o vírus da dengue, para antígeno da covid-19 e teste para determinação qualitativa de HCG para os diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde de Patos de Minas. Valor: R\$2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais). Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura da ata. Data de Assinatura: 16/04/2026. ARP: 93/2026, detentora da Ata: SIRIO PHARMA LTDA. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de testes rápidos para detecção do antígeno ns1 para o vírus da dengue, para antígeno da covid-19 e teste para determinação qualitativa de HCG para os diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde de Patos de Minas. Valor: 65.025,00 (Sessenta e cinco mil e vinte e cinco reais). Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura da ata. Data de Assinatura: 22/04/2026. ARP: 94/2026, detentora da Ata: VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de testes rápidos para detecção do antígeno ns1 para o vírus da dengue, para antígeno da covid-19 e teste para determinação qualitativa de HCG para os diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde de Patos de Minas. Valor: 71.400,00 (setenta e um mil e quatrocentos reais). Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura da ata. Data de Assinatura: 16/04/2026. Patos de Minas, 29 de abril de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva - Prefeita Municipal.

